



**A Pobreza, Desigualdade de Rendimento e Disparidades Regionais:
Um Estudo de Caso para Moçambique, (2000-2022).**

TRABALHO DE LICENCIATURA

POR:

Gil Chande Omar António

SUPERVISOR:

Doutor Manuel Síbia

FACULDADE DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

MAPUTO, Fevereiro de 2025

ÍNDICE

RESUMO.....	v
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	1
1.1 Contextualização	1
1.2 Problema de Pesquisa	2
1.4 Objectivos	8
1.3 Fundamentação do Tema.....	8
1.5 Hipóteses	9
1.6 Estrutura do Trabalho.....	9
CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA.....	11
2.1 Enquadramento teórico	11
2.1.1 Definição de conceitos básicos	11
2.1.2 Medição da Pobreza	12
2.2 Literatura Empírica	13
2.2.1 Resultados de Estudos Anteriores	13
2.3 Avaliação Crítica a Literatura Revista.....	15
CAPÍTULO III: METODOLOGIA.....	18
3.1 Metodologias Adoptadas nos Estudos Anteriores.....	18
3.2. Tipo de Pesquisa	19
3.3. Fontes e Coleta de Dados	19
3.4 Descrição de Dados	20
3.5. Abordagem Quantitativa e Qualitativa.....	22
3.6. Análise Temporal e Avaliação de Políticas.....	22
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE RESULTADOS.....	24
4.1 Desafios Pobreza e Desigualdade	24
4.2 Comparação dos indicadores de Pobreza, Desigualdade e Disparidades Regionais.....	26
CONCLUSÕES.....	32
Recomendações	34
BIBLIOGRAFIA.....	35
ANEXOS	37
Anexo 1: Número de refeições diárias por província	37
Anexo 2: Taxa de analfabetismo, por sexo, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2019/20 e 2022.....	37
Anexo 3: Incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M0). 1996/97-2014/15	38

LISTA DE ABREVIATURAS

- IAF – Inquérito aos Agregados Familiares
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IOF – Inquérito sobre o Orçamento Familiar
- MEF – Ministério da Economia e Finanças
- NIDH - Novo Índice de Desenvolvimento Humano
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- PARP – Plano de Acção para a Redução da Pobreza
- PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
- PIB – Produto Interno Bruto
- PQG - Plano Quinquenal do Governo
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- WDI – *World Development Indicators* (Indicadores de Desenvolvimento Mundial)

ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

Índice de Tabelas

Tabela 2.1: Resumo dos Métodos Usados pelos Autores.....15

Tabela 3.1: Estatísticas Descritivas.....20

Índice de Gráficos

Gráfico 1.1: Número de Refeições por Percentagem dos Agregados Familiares de Moçambique (2019/20 e 2022).....3

Gráfico 1.2: Distribuição de Habitantes com Nenhuma Refeição Diária por Província (%).....4

Gráfico 1.3: Distribuição de Habitantes com Uma Refeição Diária por Província (%).....5

Gráfico 1.4: Distribuição de Habitantes com Duas Refeições Diárias por Província (%).....6

Gráfico 1.5: Distribuição de Habitantes com Três ou Mais Refeições Diárias por Província (%).....7

Gráfico 4.1: Incidência da Pobreza em Moçambique (2014).....26

Gráfico 4.2: Índice de Pobreza Multidimensional em Moçambique (2014).....27

Gráfico 4.3: Taxa de Analfabetismo em Moçambique (2019/20 e 2022).....28

Gráfico 4.4: Evolução do Índice de Gini (1996-2014).....29

RESUMO

Este estudo oferece uma análise abrangente da pobreza, desigualdade de renda e disparidades regionais em Moçambique de 2000 a 2022. Apesar do crescimento econômico significativo nas últimas duas décadas, o estudo revela que muitos moçambicanos, particularmente nas áreas rurais, continuam a viver em condições de pobreza. A pesquisa destaca as complexidades dessas questões, enfatizando como o crescimento econômico não tem sido inclusivo e muitas vezes exacerbado as desigualdades existentes.

Empregando metodologias qualitativas e quantitativas, o estudo avalia o impacto de várias estratégias governamentais e iniciativas da sociedade civil ao longo dos anos. Explora fatores socioeconômicos que contribuem para a pobreza e a desigualdade, como acesso à educação, saúde e oportunidades de emprego. A pesquisa enfatiza a importância de intervenções direcionadas que abordem os desafios únicos enfrentados por diferentes regiões, particularmente comunidades marginalizadas que permanecem desproporcionalmente afetadas

Os resultados defendem uma abordagem multifacetada para a redução da pobreza, sugerindo que o desenvolvimento sustentável em Moçambique requer não apenas crescimento econômico, mas também inclusão social. As recomendações incluem melhorar o acesso à educação de qualidade, aumentar a produtividade agrícola e fomentar oportunidades econômicas em comunidades marginalizadas. O estudo enfatiza a necessidade de colaboração entre o governo, organizações não governamentais e comunidades locais para implementar políticas eficazes que promovam um crescimento equitativo

Palavras-chave: Pobreza, Desigualdade, Disparidades, Moçambique,

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO

Nas secções que se seguem, descreve-se o contexto no qual está inserido o tema da pesquisa, declara-se o problema de pesquisa, fundamenta-se o tema de pesquisa, definem-se os objectivos do estudo, formulam-se as hipóteses do estudo e apresenta-se a estrutura do trabalho de licenciatura.

1.1 Contextualização

A pobreza é uma temática que tira sono aos moçambicanos, tanto a sociedade civil como aos governantes e formuladores de política económica. É preocupação do governo, desde a independência, combater a pobreza absoluta e reduzir a incidência de pobreza em Moçambique. É por isso que, ao longo do tempo, têm sido desenvolvidas estratégias que levam em conta esta prioridade e, ainda que em alguns instrumentos que guiam a política o foco principal não seja a pobreza, este problema normalmente vem incluído como uma das grandes prioridades.

O Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA)¹ I é uma das primeiras estratégias com grande foco na redução da pobreza, o mesmo surge num contexto em que se se apostava no investimento em educação e saúde, com vista a melhorar o desenvolvimento humano. Algumas reformas² foram feitas para melhorar o desempenho da economia e, devido a estabilidade e estas reformas, foi possível melhorar o desempenho da economia³. Apesar desta melhora, os problemas sociais e económicos graves, tal como a pobreza, não foram superados. Segundo resultados do Inquérito aos Agregados Familiares (IAF) 1996/97, a incidência da pobreza absoluta era de 70% da população e as disparidades entre as regiões rural e urbana eram notáveis. Os choques naturais e económicos são factores que contribuíam para o sofrimento dos pobres⁴. Depois surge o PARPA II⁵, esta estratégia tinha como objectivo central reduzir a incidência de pobreza absoluta de 54%, em 2003, para 45%, em 2009. O PARPA II difere-se do PARPA I porque este inclui a maior integração da economia nacional e o aumento da produtividade como prioridades.

Para dar continuidade ao trabalho que foi realizado no período de implementação do PARPA I e PARPA II, foi criado o Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP). O PARP⁶

¹ O PARPA I é uma estratégia cujos objectivos foram traçados para 2001-2005.

² Incluindo programa de estabilização e ajustamento estrutural de 1987.

³ Por exemplo, PIB per capita aumentou substancialmente para 230 dólares em 2000.

⁴ Por exemplo, as cheias de 2000 que assolaram parte do país.

⁵ Esta estratégia surge na sequência do PARPA I e cobria o período de 2006-2009.

⁶ O período de implementação do PARP é 2011-2014 e foi criado num contexto de estabilidade macroeconómica e crescimento acelerado da economia, onde se registava melhoria no acesso aos serviços de educação e saúde nas zonas rurais.

é uma estratégia de médio prazo para operacionalizar o PQG 2010-2014, o mesmo dava continuidade ao PARPA II e tinha como objectivo o combate a pobreza e promoção da cultura de trabalho, com vista a alcançar o crescimento económico inclusivo, redução da pobreza e vulnerabilidade do país. A sua meta principal era de reduzir a incidência de pobreza de 54.7% para 42%, em 2014. Além de fazer parte das estratégias de médio prazo, a redução da pobreza é incorporada, também, como uma prioridade em estratégias de longo prazo. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento⁷ vem com novas abordagens consistentes com os novos desafios. Esta estratégia tinha como objectivo promover o desenvolvimento económico e social e acelerar e expandir os progressos que estavam a ser observados na pobreza. A redução da pobreza tem feito parte da agenda dos formuladores de política em Moçambique.

1.2 Problema de Pesquisa

A pobreza é uma questão de extrema gravidade em qualquer nação, muitas vezes sendo considerada o problema mais premente. Ela se manifesta como uma condição de privação, onde indivíduos não têm acesso aos serviços ou bens básicos e essenciais para uma vida digna. A situação de pobreza é profundamente deplorável e exige esforços contínuos para, no mínimo, mitigar sua incidência e também reduzir as desigualdades de renda e as disparidades regionais.

Os esforços para combater a pobreza são motivados não apenas pela própria gravidade da condição, mas também pela constatação de que certas regiões ou províncias tendem a ser mais afetadas do que outras. Essas desigualdades regionais dividem o país, gerando disparidades notáveis que podem se tornar fontes de tensão social e económica.

Estudos como o de Carbonell (2004) enfatizam a importância do rendimento na felicidade individual, destacando que um maior rendimento está associado a níveis mais elevados de satisfação pessoal. Além disso, Subramanian e Nawachi (2006) ressaltam a conexão entre o rendimento e a saúde, evidenciando que um melhor status económico tende a contribuir para uma melhor saúde geral da população.

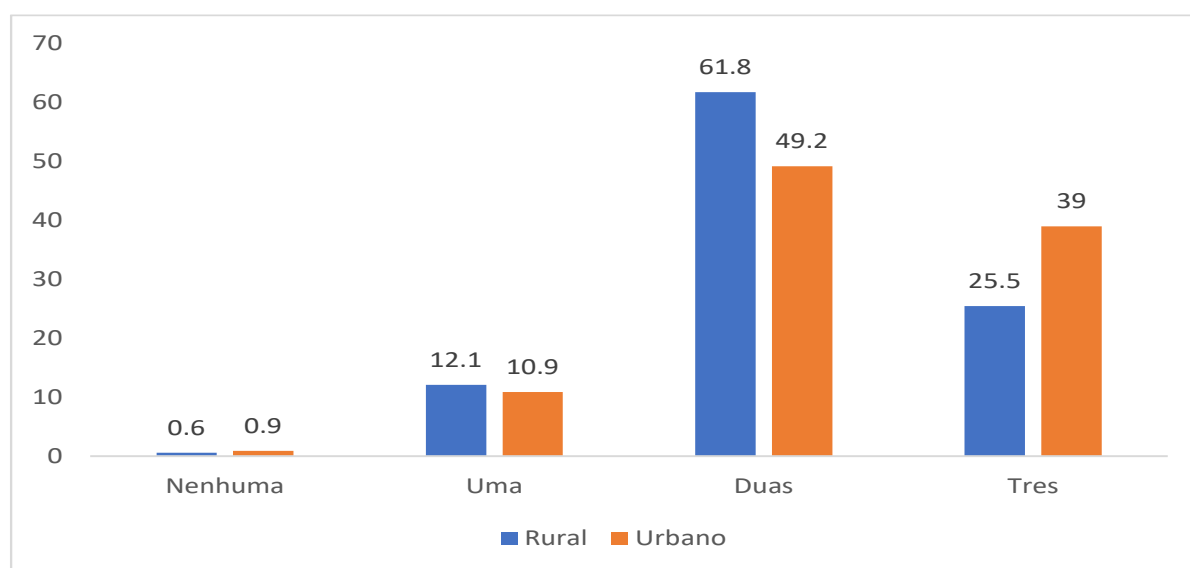
Portanto, a pobreza não é apenas uma preocupação humanitária, mas também uma preocupação de ordem social, económica e de saúde pública. As disparidades regionais agravam ainda mais a situação, fragmentando o país em áreas com diferentes níveis de acesso a recursos e oportunidades. Assim, é imperativo que as autoridades ajam de forma proativa para resolver essa questão complexa e multifacetada. As desigualdades de rendimento são

⁷ Estas novas abordagens surgem na sequência da análise dos resultados do relatório de implementação do PARPA II (RAI), resultados de Avaliação do terceiro inquérito aos orçamentos familiares (IOF) e Censo Geral da População e Habitação.

também um mal, pois fazem com que diferentes pessoas no país tenham padrões de vida completamente diferentes e, normalmente, em países onde a desigualdade é maior, a mesma tende a aumentar⁸.

Segundo resultados de IOF 2022, representados pelo gráfico (1.1), no que diz respeito ao número de refeições dos agregados familiares moçambicanos, aumentou a percentagem de agregados familiares com 3 refeições ou mais, de 27.8% (IOF 2019/20) para 30,1% (IOF 2022). A percentagem de agregados familiares que, no dia anterior, não tiveram nenhuma refeição reduziu de 0.9% para 0.6%. Numa perspectiva de área de residência, na zona rural 25.5% dos agregados familiares tem 3 refeições ou mais e nas zonas urbanas a percentagem é de 39%, em 2022. Estes resultados dão conta da disparidade regional em Moçambique, assim como são um grande indicador de pobreza e desigualdade, uma vez que mais de 50% dos agregados familiares tem menos de 3 refeições por dia.

Gráfico 1.1: Número de Refeições por Percentagem dos Agregados Familiares (AFs) de Moçambique, 2019/20 e 2022.

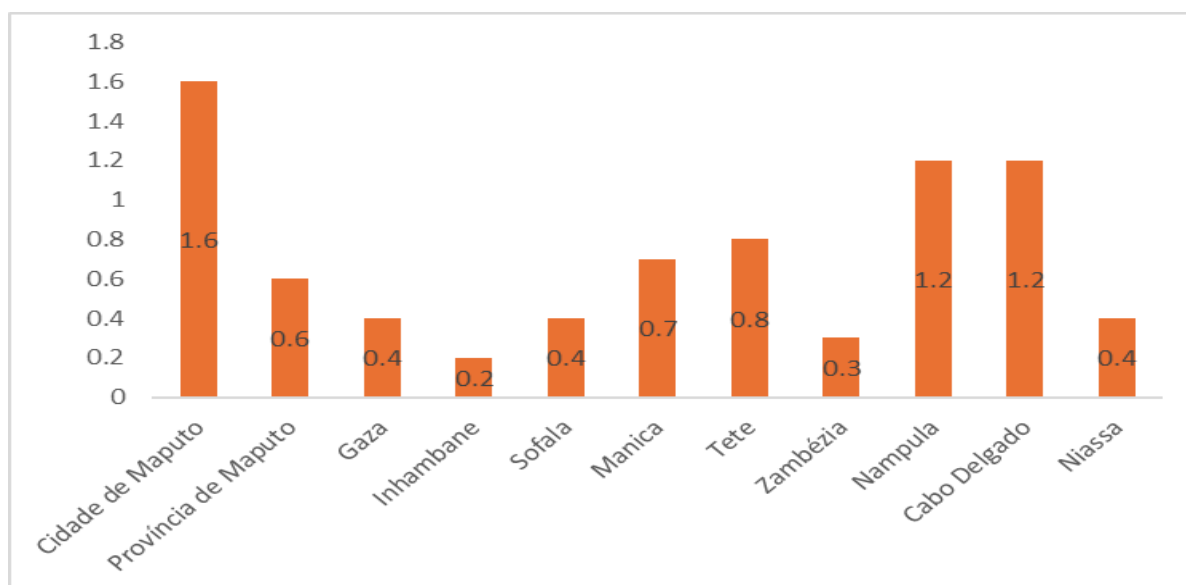


Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IOF 2022.

O gráfico (1.2) ilustra a distribuição de famílias que não têm nenhuma refeição diária em cada província de Moçambique. De acordo com o mesmo gráfico, 1,6% das famílias residentes na Cidade de Maputo não têm nenhuma refeição diária. Em seguida, pode-se destacar as províncias de Nampula e Cabo Delgado, onde 1,2% das famílias enfrentam a mesma situação. Por outro lado, destacam-se positivamente as províncias de Inhambane e Zambézia, que apresentam a menor percentagem de famílias sem nenhuma refeição diária.

⁸ Os mais ricos ficam mais ricos e os mais pobres ficam mais pobres.

Gráfico 1.2: Distribuição de Habitantes com Nenhuma Refeição Diária por Província (%)

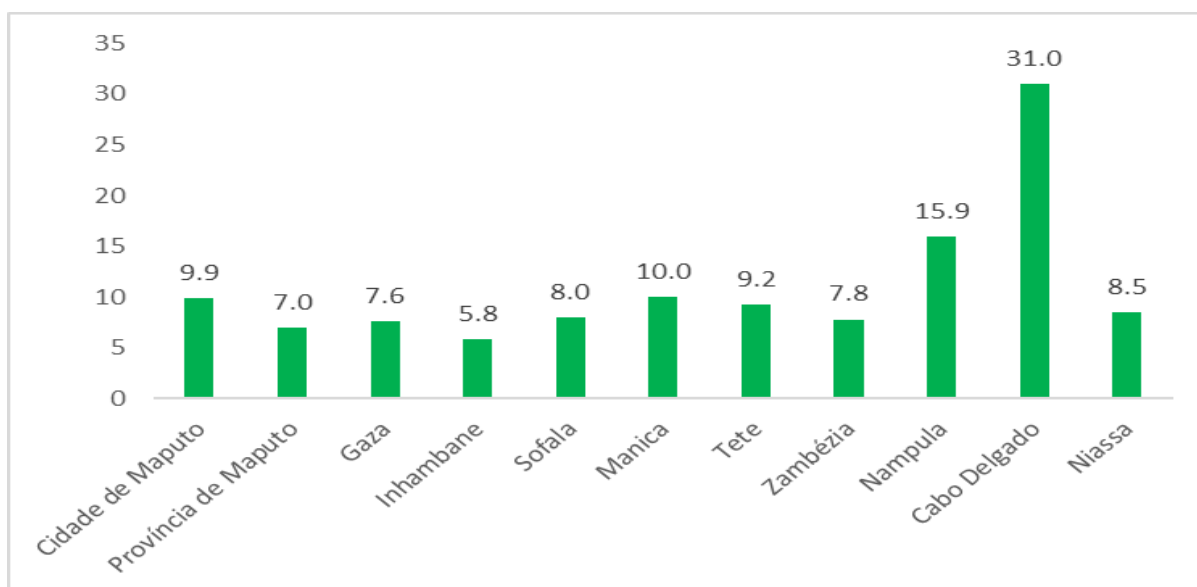


Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IOF 2022.

Nota: As percentagens têm como base o número de pessoas em cada província. Pelo que, o somatório só será igual a 100% se forem somadas as percentagens de pessoas com nenhuma, uma, duas e três ou mais refeições por dias em cada provincial.

O gráfico (1.3) mostra a percentagem de famílias que têm uma refeição diária em cada província de Moçambique. De acordo com o mesmo gráfico, 31% das famílias de Cabo Delgado têm uma refeição diária. Nampula e Manica seguem-se como as províncias com a maior proporção de famílias que conseguem uma refeição diária, com percentagens de 15,9% e 10%, respectivamente. Por outro lado, a Província de Maputo e Inhambane destacam-se apresentando as menores percentagens de famílias com uma refeição diária, com 7% e 5,8%, respectivamente.

Gráfico 1.3: Distribuição de Habitantes com Uma Refeição Diária por Província (%)

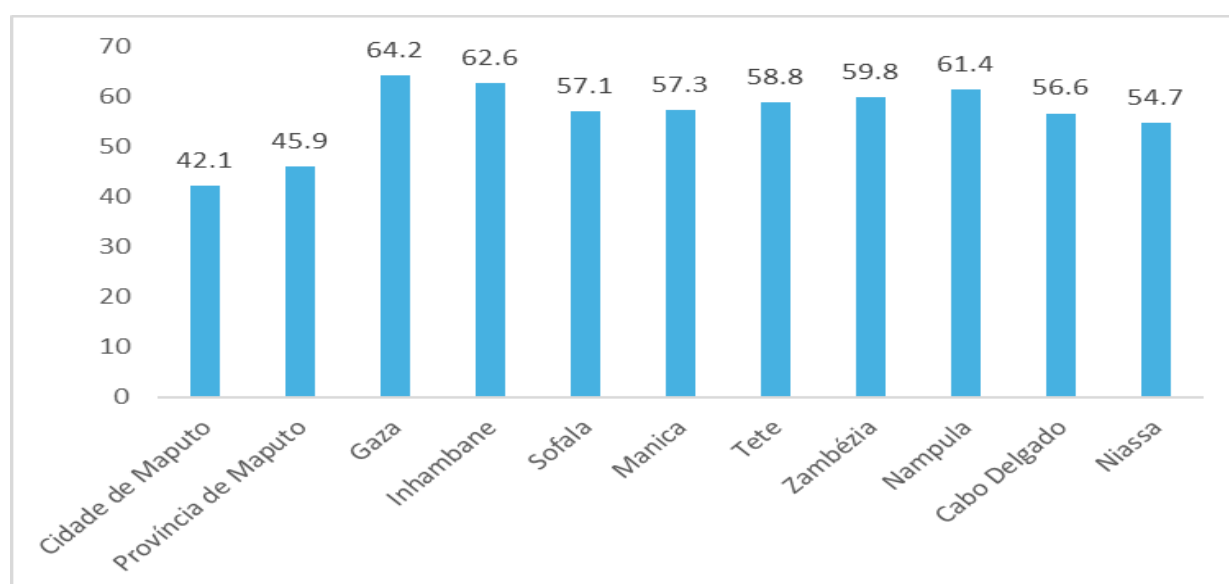


Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IOF 2022.

Nota: As percentagens têm como base o número de pessoas em cada província. Pelo que, o somatório só será igual a 100% se forem somadas as percentagens de pessoas com nenhuma, uma, duas e três ou mais refeições por dias em cada provincial.

O gráfico (1.4) mostra a percentagem de famílias que têm duas refeições diárias em cada província de Moçambique. De acordo com o mesmo gráfico, cada província apresenta uma maior percentagem de famílias com duas refeições diárias em comparação à percentagem de famílias com uma ou nenhuma refeição. Por exemplo, 64,25% das famílias em Gaza têm duas refeições diárias, uma percentagem significativamente maior do que a das famílias com uma refeição (7%) e com nenhuma refeição (0,4%). Essa mesma tendência é observada em todas as outras províncias. As províncias com a menor percentagem de famílias com duas refeições diárias são a Cidade de Maputo e a Província de Maputo, com 42,1% e 45,9% de famílias nessa condição, respectivamente.

Gráfico 1.4: Distribuição de Habitantes com Duas Refeições Diária por Província (%)

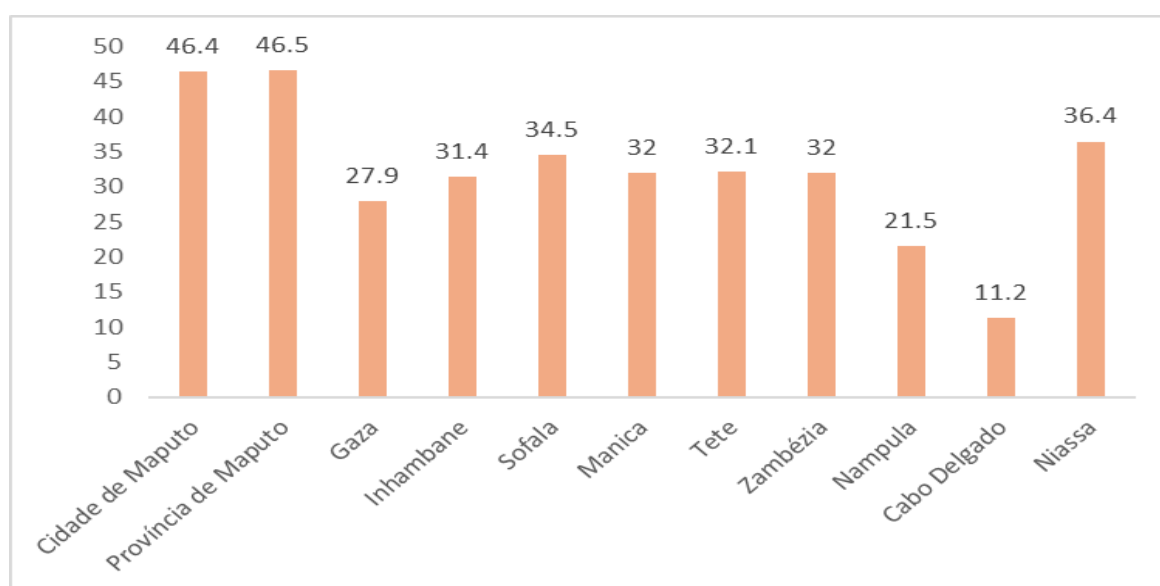


Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IOF 2022.

Nota: As percentagens têm como base o número de pessoas em cada província. Pelo que, o somatório só será igual a 100% se forem somadas as percentagens de pessoas com nenhuma, uma, duas e três ou mais refeições por dias em cada provincial.

O gráfico (1.5) mostra a percentagem de famílias que têm três refeições diárias em cada província de Moçambique. De acordo com o mesmo gráfico, 46,4% e 46,5% das famílias na Cidade de Maputo e na Província de Maputo, respectivamente, têm três refeições diárias. Esta percentagem é muito próxima da percentagem de famílias com duas refeições diárias. Nampula e Cabo Delgado destacam-se por terem uma percentagem baixa de famílias com três refeições diárias, sendo 21,5% e 11,2%, respectivamente. Essa percentagem baixa está alinhada com o fato de que essas províncias têm mais famílias com duas, uma ou nenhuma refeição diária, conforme apresentado pelos gráficos (1.2) e (1.3).

Gráfico 1.5: Distribuição de Habitantes com Três ou mais Refeições Diária por Província (%)



Fonte: Elaborado pelo autor, dados do IOF 2022.

Nota: As percentagens têm como base o número de pessoas em cada província. Pelo que, o somatório só será igual a 100% se forem somadas as percentagens de pessoas com nenhuma, uma, duas e três ou mais refeições por dias em cada provincial.

Neste estudo, pretende-se mergulhar profundamente na análise da pobreza, desigualdade de renda e disparidades regionais em Moçambique, considerando não apenas os números brutos, mas também os contextos históricos, culturais e políticos que moldaram essas realidades. Ao avaliar as estratégias implementadas ao longo do tempo, desde políticas governamentais até iniciativas da sociedade civil, busca-se não apenas medir seu impacto, mas também compreender os mecanismos que as tornaram bem-sucedidas ou não.

A análise longitudinal proposta permitirá não apenas uma avaliação retrospectiva do progresso alcançado, mas também uma visão prospectiva das oportunidades e desafios que ainda se encontram pela frente. A pergunta de pesquisa, "Até que ponto as políticas e estratégias têm impacto na redução da pobreza, desigualdade de renda e disparidades regionais em Moçambique?", serve como um guia para explorar as interseções complexas entre políticas públicas, práticas econômicas e dinâmicas sociais.

Além de identificar lacunas e áreas de melhoria nas abordagens existentes, este estudo também busca gerar *insights* que possam informar futuras políticas e programas voltados para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Ao compreender as nuances das experiências de diferentes regiões e grupos demográficos, espera-se que sejam propostas soluções mais

eficazes e equitativas para enfrentar os desafios persistentes da pobreza e da desigualdade em Moçambique.

1.4 Objectivos

O objectivo geral deste estudo é analisar situação de pobreza, desigualdade de rendimentos e disparidades regionais em Moçambique entre 2000 e 2022. Como tal, este objectivo será alcançado com a ajuda dos seguintes objectivos específicos:

- Caracterizar detalhadamente a situação de pobreza, desigualdade de rendimentos e disparidades regionais ao longo do tempo.
- Comparar os indicadores de pobreza, desigualdade de rendimentos e disparidades regionais ao longo do tempo.
- Identificar os factores que cooperam para fracasso ou sucesso das medidas do Governo;

1.3 Fundamentação do Tema

A pobreza, a desigualdade de renda e as disparidades regionais em Moçambique não são apenas questões económicas; elas também impactam diretamente a vida das pessoas em aspectos fundamentais, como educação, saúde e oportunidades de crescimento. Este estudo é motivado pela preocupação com a qualidade de vida dos moçambicanos e pela busca de soluções que possam oferecer às comunidades vulneráveis uma chance de superar as dificuldades cotidianas. É um compromisso com a melhoria da vida das famílias que enfrentam desafios constantes e, ao mesmo tempo, um apelo por justiça social e bem-estar.

Os problemas de pobreza e desigualdade têm repercussões significativas na coesão social e no desenvolvimento de Moçambique como um todo. As disparidades regionais agravam as diferenças económicas, criando um cenário onde comunidades inteiras são excluídas do progresso. Este estudo busca compreender como essas desigualdades afetam o tecido social, com o objetivo de propor estratégias que promovam maior inclusão e equidade. Somente por meio da redução dessas lacunas será possível construir uma sociedade mais harmoniosa e capaz de alcançar o desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista acadêmico, a análise da pobreza, da desigualdade de renda e das disparidades regionais em Moçambique representa uma oportunidade de contribuir para a literatura existente sobre desenvolvimento económico e social em contextos desafiadores. Este estudo pretende não apenas compreender as causas e os efeitos desses problemas, mas também identificar soluções inovadoras e adaptadas às realidades específicas do país. A pesquisa se

fundamenta em abordagens teóricas robustas e métodos empíricos, buscando gerar conhecimento que possa informar a formulação de políticas públicas eficazes e inclusivas.

1.5 Hipóteses

Hipótese 1: A pobreza em Moçambique aumentou entre 2000 e 2022, sugerindo que o crescimento económico não foi suficientemente inclusivo para reduzir a pobreza de maneira significativa.

Hipótese 2: A desigualdade de rendimentos em Moçambique, medida pelo coeficiente de Gini, aumentou ao longo do período de 2000 a 2022, com variações regionais acentuadas que sugerem a presença de falhas estruturais na distribuição de renda e na implementação de políticas redistributivas.

Hipótese 3: As disparidades regionais em Moçambique persistem ao longo do horizonte de 2000 a 2022 e, em alguns casos, aumentaram devido à concentração de investimentos públicos e privados em regiões mais desenvolvidas, favorecendo mais as áreas urbanas em detrimento de áreas rurais.

1.6 Estrutura do Trabalho

Este trabalho de licenciatura está dividido em cinco capítulos, a saber, **CAPÍTULO I:** Introdução, **CAPÍTULO II:** Revisão da Literatura, **CAPÍTULO III:** Metodologia, **CAPÍTULO IV:** Apresentação e Análise de Resultados e **CAPÍTULO V:** Conclusões.

No segundo capítulo definem-se os conceitos relevantes do estudo (rendimento, pobreza e desigualdade) e apresentam-se e discutem-se as diferentes medições de pobreza.

O terceiro capítulo apresenta e descreve os métodos e procedimentos de análise, incluindo os dados de análise. São abordados os meios que concorrem para o alcance dos objectivos (geral e específicos) do estudo. É explicada a abordagem mista adoptada no estudo, que interage métodos qualitativos e quantitativos para analisar a pobreza e a desigualdade de renda.

O quarto capítulo apresenta, interpreta e analisa os resultados do estudo. São apresentados os resultados obtidos usando as técnicas mencionadas no capítulo anterior, nomeadamente, a análise qualitativa baseada na revisão da literatura directamente ligada com o tema, e uma componente quantitativa que utiliza dados do INE e do MEF, para medir e comparar indicadores socioeconómicos ao longo do tempo.

O último capítulo apresenta as conclusões. São apresentadas as principais conclusões fundamentais deste trabalho, baseadas nos resultados obtidos no capítulo anterior e de seguida tecem-se as recomendações.

CAPÍTULO II: REVISÃO DA LITERATURA

Nas secções que se seguem, descreve-se o enquadramento teórico de análise, apresentam-se alguns estudos empíricos anteriores relacionados com o estudo e avalia-se criticamente a literatura revista.

2.1 Enquadramento teórico

2.1.1 Definição de conceitos básicos

2.1.1.1 *Rendimento*

A definição de rendimento proposta por Solomon (2002) e Holmes (2001) destaca a importância do poder de compra que um indivíduo ou família possui ao longo do tempo. Esse conceito abrange tanto os ganhos obtidos por meio de esforços pessoais, como salários e remunerações, quanto os retornos gerados a partir de investimentos, como lucros e dividendos. Além disso, é importante considerar a natureza dinâmica do rendimento, que pode variar com o tempo e as circunstâncias econômicas e pessoais.

2.1.1.2 *Pobreza*

A definição de pobreza apresentada por (Opschoor (2007), Reed (2002), Haughton e Khandker (2009) e Todaro e Smith (2015)) destaca a natureza multifacetada e abrangente desse fenómeno. A pobreza é entendida não apenas como a falta de recursos financeiros para satisfazer as necessidades básicas, mas também como resultado de sistemas económicos, ecológicos, culturais e sociais disfuncionais. Isso implica que a pobreza vai além da simples falta de renda, incluindo também a privação de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e moradia, bem como a incapacidade de atingir níveis mínimos de bem-estar e satisfação pessoal. A distinção entre pobreza absoluta e pobreza relativa também é relevante, destacando a importância de considerar tanto os padrões de vida predominantes em uma sociedade quanto as necessidades básicas universais.

2.1.1.3 *Desigualdade*

Hoffmann (2001) e Doyl e Stiglitz (2014) oferecem perspectivas diferentes sobre a desigualdade, destacando suas origens e implicações para o desenvolvimento económico e social. Hoffmann argumenta que a desigualdade surge do desequilíbrio entre a oferta e a demanda por diferentes tipos de trabalho, sugerindo que uma melhor distribuição de recursos pode levar à redução dessa desigualdade ao longo do tempo. Por outro lado, Doyl e Stiglitz destacam que, embora algumas formas de desigualdade possam ser necessárias para estimular o crescimento económico, outras podem representar barreiras significativas ao progresso social, como a exclusão e a marginalização de determinados grupos da sociedade. Essas

perspectivas ressaltam a importância de políticas e estratégias que busquem não apenas promover o crescimento econômico, mas também garantir uma distribuição justa e equitativa dos benefícios desse crescimento.

2.1.2 Medição da Pobreza

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma métrica abrangente que avalia o desenvolvimento socioeconômico de um país, levando em consideração três dimensões principais: educação, saúde e renda per capita ajustada. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 1990, o IDH foi aprimorado em 2010 com a introdução do Novo Índice de Desenvolvimento Humano (NIDH). O NIDH varia de zero a um, onde zero representa o menor nível de desenvolvimento humano e um representa o mais alto. Ele é baseado na esperança de vida ao nascer, na educação (através da média de anos de escolaridade e anos esperados de escolaridade) e no padrão de vida (medido pelo rendimento real per capita ajustado à paridade de poder de compra).

Existem várias abordagens para medir a pobreza, sendo as mais comuns o Índice Headcount, o Índice de Foster-Greer-Thorbecke e a Medida Multidimensional da Pobreza.

O Índice Headcount é uma medida simples que identifica o número de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza, definida com base em uma linha de pobreza. Todos os indivíduos cujos rendimentos estão abaixo dessa linha são considerados extremamente pobres. O índice é calculado dividindo o número de pessoas em extrema pobreza pela população total, variando de zero a um, onde zero indica a ausência de extrema pobreza e um indica que toda a população está vivendo nessa condição.

O Índice de Foster-Greer-Thorbecke vai além ao considerar a distribuição de renda entre os pobres. Funciona como um coeficiente de Gini para a população pobre, medindo a desigualdade na distribuição de renda dentro desse grupo. Isso é útil para compreender como diferentes camadas da população pobre são afetadas por choques econômicos ou mudanças nas políticas sociais.

A Medida Multidimensional da Pobreza, proposta por Alkire & Foster (2011), complementa a visão unidimensional da pobreza baseada apenas no rendimento. Reconhecendo a complexidade do fenômeno da pobreza, essa medida inclui outras dimensões além do rendimento, como acesso a serviços básicos, educação, saúde e condições de vida. Ao

considerar múltiplos aspectos da privação, essa abordagem proporciona uma compreensão mais abrangente e precisa das condições de vida das pessoas em situação de pobreza.

2.2 Literatura Empírica

2.2.1 Resultados de Estudos Anteriores

O estudo realizado por Rodríguez-Pose & Gill (2006) investigou a relação entre comércio e disparidades regionais em oito principais economias do mundo. Eles descobriram que as mudanças setoriais na composição do comércio têm uma ligação mais forte com as disparidades regionais, especialmente em países em desenvolvimento. Essa descoberta ressalta a importância de entender como as dinâmicas do comércio internacional afetam diferentes regiões dentro de um país, destacando a necessidade de políticas regionais específicas para mitigar essas disparidades.

Shankar & Shah (2003) conduziram um estudo sobre a redução da divisão econômica dentro dos países, concluindo que as políticas de desenvolvimento têm falhado em muitos países federais. Eles observaram que os países federais têm sido mais eficazes em conter as desigualdades regionais, sugerindo que políticas intervencionistas podem desempenhar um papel crucial na redução dessas disparidades.

O estudo de Martin (1999) analisou o impacto das políticas públicas nas desigualdades regionais e no crescimento econômico. Martin descobriu que melhorias na infraestrutura que reduzem os custos de transação dentro de regiões mais pobres tendem a diminuir a concentração espacial das indústrias e aumentar as disparidades de renda entre regiões. Esses resultados destacam a complexidade das interações entre políticas públicas, geografia econômica e distribuição de renda.

Machava (2007) investigou a situação da pobreza em Moçambique, constatando que as regiões norte e centro do país, apesar de sua abundância de recursos naturais, enfrentam altos níveis de pobreza absoluta. Ele sugeriu a adoção de estratégias e políticas sociais para promover a justiça e a equidade social nessas regiões.

Boutayeb & Helmert (2011) estudaram as desigualdades sociais e regionais nos países do norte da África, observando melhorias gerais na saúde, educação e padrão de vida, embora os países ainda enfrentem desafios significativos na redução da pobreza. Esse estudo destaca a necessidade contínua de políticas que promovam o desenvolvimento social e econômico nessas regiões.

Keidel (2007) investigou as causas e o impacto das desigualdades regionais na China, concluindo que essas desigualdades são em grande parte resultado do programa de reforma do

país. Ele observou que a migração interna desempenhou um papel importante nesse processo e destacou a necessidade de investimentos e reformas adicionais para facilitar essa transição. Libânio & Castigo (2021) analisaram a desigualdade regional e a persistência da pobreza em Moçambique, sugerindo políticas que incentivem o investimento em províncias mais pobres e melhorem a produtividade agrícola como formas de quebrar o ciclo da pobreza. Esses resultados destacam a importância de estratégias equitativas de desenvolvimento regional para reduzir as disparidades socioeconômicas.

Langa (2019) investigou as desigualdades entre as nações, identificando diferenças significativas nos níveis de PIB e destacando a vulnerabilidade de certos setores à exploração ambiental. Ele enfatizou a necessidade de intervenções políticas focadas em aumentar a produtividade agrícola e melhorar a saúde e a educação para reduzir as desigualdades e superar as armadilhas da pobreza.

Sacchi e Salotti (2014) examinaram os efeitos da descentralização fiscal sobre a desigualdade de renda em países da OCDE, descobrindo uma associação entre maior descentralização e maior desigualdade de renda dentro dos países. Esses resultados indicam que, embora a descentralização fiscal possa trazer eficiências econômicas, ela também pode ter implicações negativas para a equidade social.

Checchi & Peragine (2005) investigaram as disparidades regionais de oportunidades na Itália, observando uma maior incidência de desigualdade de oportunidades nas regiões menos desenvolvidas do sul. Esse estudo destaca a importância de políticas que promovam a igualdade de oportunidades e reduzam as disparidades regionais em termos de desenvolvimento econômico e social

Tabela 2.1: Resumo dos Métodos Usados pelos Autores

Autores	País de Estudo	Ano	Metodologia
Keidel	China	2007	Comparação do PIB per capita a nível regional
Silva	Brasil	2002	Percentagem da renda nacional pertencente a cada região e o índice de Gini por região
Ikemoto e Limskul	Tailândia	1987	Decil da distribuição de renda
Libânio e Castigo	Moçambique	2021	Descrição de indicadores existentes sobre a pobreza em Moçambique
Machava Bjorklund, Palme e Igmer	Moçambique	2007	Descrição de indicadores existentes sobre a pobreza em Moçambique
	Suécia	1995	Método de decomposição

Nota: A tabela resume a informação imediatamente acima, pelo que se pode ler a secção (2.2.1) para mais detalhes.

2.3 Avaliação Crítica a Literatura Revista

A literatura sobre pobreza, desigualdade de renda e disparidades regionais em Moçambique abrange uma rica variedade de estudos que oferecem insights valiosos sobre essas questões complexas. No entanto, uma avaliação crítica desses estudos revela tanto pontos fortes quanto limitações potenciais que merecem uma discussão mais profunda.

Em primeiro lugar, muitos estudos utilizam metodologias robustas para analisar a pobreza e a desigualdade. Por exemplo, o trabalho de Haughton e Khandker (2009) oferece uma estrutura abrangente para medir a pobreza que vai além dos níveis de renda, incorporando acesso a serviços essenciais e indicadores de qualidade de vida. Essa abordagem multidimensional é crucial para entender as experiências vividas de indivíduos em situação de pobreza, pois captura nuances frequentemente negligenciadas em análises puramente quantitativas. Ao focar em várias dimensões da pobreza, esses estudos destacam a importância de considerar fatores como educação, acesso à saúde e inclusão social, que são vitais para uma compreensão holística da pobreza em Moçambique.

No entanto, apesar dessas forças, alguns estudos dependem fortemente de medidas quantitativas, como o coeficiente de Gini, que podem simplificar demais as complexidades relacionadas à pobreza e à desigualdade. Por exemplo, embora o coeficiente de Gini forneça uma visão geral da distribuição de renda, ele não leva em consideração as causas subjacentes da desigualdade ou os contextos socioeconômicos de diferentes regiões. Essa limitação é evidente nas descobertas de Rodríguez-Pose e Gill (2006), que, embora perspicazes, não exploram completamente as implicações de seus dados na formulação e implementação de

políticas. Sua análise, embora estatisticamente rigorosa, frequentemente carece do contexto qualitativo que poderia enriquecer a compreensão de como essas desigualdades se manifestam na vida cotidiana.

Além disso, os estudos frequentemente se concentram em dados agregados, o que pode mascarar disparidades regionais significativas. Por exemplo, enquanto as avaliações do Banco Mundial destacam o crescimento econômico geral em Moçambique, podem ignorar o fato de que esse crescimento não é distribuído uniformemente entre áreas urbanas e rurais. Essa omissão é crítica, pois pode levar a recomendações de políticas mal orientadas que não abordam os desafios únicos enfrentados por comunidades marginalizadas. O trabalho de Libânio e Castigo (2021) enfatiza a necessidade de intervenções direcionadas em províncias mais pobres para abordar essas desigualdades. Sua pesquisa sublinha a importância do contexto local, defendendo políticas que considerem os fatores históricos, culturais e socioeconômicos que contribuem para as disparidades regionais.

Adicionalmente, estudos qualitativos, como os de Machava (2007), oferecem perspectivas valiosas sobre as experiências vividas de indivíduos em situação de pobreza, mas muitas vezes estão sub-representados na literatura. Esses insights qualitativos são essenciais para entender as dimensões sociais e culturais da pobreza que dados quantitativos sozinhos não conseguem capturar. Por exemplo, a pesquisa qualitativa pode revelar como crenças e práticas culturais influenciam as percepções dos indivíduos sobre a pobreza e suas respostas a ela. A falta de integração entre abordagens qualitativas e quantitativas nos estudos revisados limita uma compreensão abrangente das questões em pauta, pois perde a riqueza da experiência humana que os dados qualitativos podem fornecer.

Além disso, os estudos incluídos na revisão da literatura muitas vezes discutem várias estratégias de redução da pobreza, mas falham em avaliar criticamente sua eficácia. Por exemplo, as avaliações das iniciativas PARPA fornecem dados importantes, mas não se aprofundam nos resultados dessas políticas. Analisar o que funcionou e o que não funcionou, com base em evidências empíricas, enriqueceria a discussão e forneceria insights práticos para futuras recomendações de políticas. A falta de tal avaliação crítica na literatura pode levar a um ciclo de repetição de estratégias ineficazes sem aprender com experiências passadas. As avaliações do Banco Mundial indicam que, apesar do crescimento econômico, os benefícios não foram compartilhados de forma equitativa, ressaltando a necessidade de uma compreensão

mais nuançada dos impactos das políticas e das realidades socioeconômicas enfrentadas por diferentes grupos dentro da população.

Além disso, a literatura poderia beneficiar-se de uma discussão sobre o papel da governança e das estruturas institucionais na formação da pobreza e da desigualdade. Estudos que exploram como a governança afeta a implementação de estratégias de redução da pobreza e a distribuição de recursos são cruciais para entender o contexto mais amplo em que essas questões surgem. Uma governança eficaz pode desempenhar um papel significativo em garantir que o crescimento econômico se traduza em benefícios tangíveis para os segmentos mais pobres da sociedade. Ao examinar a interação entre governança, políticas e resultados socioeconômicos, a literatura pode fornecer uma visão mais abrangente dos desafios e oportunidades para a redução da pobreza em Moçambique.

Embora os estudos incluídos na revisão da literatura sobre pobreza, desigualdade de renda e disparidades regionais em Moçambique ofereçam insights valiosos, também exibem limitações que merecem atenção. Uma abordagem mais integrada que combine dados quantitativos e qualitativos, juntamente com uma avaliação crítica da eficácia das políticas, melhoraria a compreensão dessas questões prementes. Ao incorporar metodologias e perspectivas diversas, pesquisas futuras podem contribuir para soluções mais eficazes que abordem as causas profundas da pobreza e da desigualdade, promovendo, em última análise, uma sociedade mais equitativa em Moçambique.

CAPÍTULO III: METODOLOGIA

Nas secções que se seguem, descreve-se o tipo de pesquisa adoptado, apresentam-se as fontes e os métodos de recolha de dados utilizados, exploram-se as abordagens quantitativa e qualitativa adoptadas na análise e detalha-se a utilização da componente temporal como ferramenta metodológica para análise das políticas públicas.

3.1 Metodologias Adoptadas nos Estudos Anteriores

Nos estudos sobre a pobreza e a desigualdade de renda, os pesquisadores têm utilizado diversos métodos e técnicas para alcançar seus objetivos. Por um lado, há estudos que se concentram mais em análises quantitativas e outros que adotam uma abordagem mais qualitativa.

Bjorklund, Palme e Igemer (1995) utilizaram o método de decomposição proposto por Kakwani (1984) para medir o impacto dos benefícios e impostos na distribuição de renda na Suécia. Esse método inicia-se pela equalização do sistema tributário, medida como a diferença entre o coeficiente de Gini antes e depois da aplicação do imposto ou benefício.

Keidel (2007) utilizou o PIB *per capita* e fez comparações em nível regional para avaliar as disparidades regionais na China. Um estudo semelhante foi realizado por Silva (2002) no Brasil. Silva objetivou medir o impacto das disparidades regionais nas desigualdades de renda no Brasil. Para isso, ele analisou a percentagem da renda nacional pertencente a cada região e o índice de Gini por região, realizando comparações regionais para identificar as regiões mais favorecidas e as mais desfavorecidas. Ikemoto e Limskul (1987) realizaram um estudo semelhante, empregando praticamente a mesma metodologia, mas incluindo na análise o decil da distribuição de renda. Esses autores tinham como objetivo estudar a desigualdade de renda e as disparidades regionais.

Libânio e Castigo (2021) e Machava (2007) têm em comum o facto de terem realizado estudos sobre a pobreza e a desigualdade em Moçambique, utilizando a mesma abordagem para suas pesquisas. Eles fizeram uma análise temporal da pobreza, destacando a história económica de Moçambique e as estratégias mais relevantes implementadas pelo governo para enfrentar esses problemas. As análises realizadas por esses autores baseiam-se na descrição de indicadores existentes sobre a pobreza em Moçambique, tais como o PIB *per capita*, índice de capital humano, coeficiente de Gini e incidência da pobreza. Esses indicadores são fundamentais para compreender a situação da pobreza no país quando analisados de forma agregada e para comparar as diferenças entre as regiões quando analisados regionalmente.

Esses diversos estudos demonstram a amplitude das metodologias utilizadas para investigar a pobreza e a desigualdade de renda, mostrando como diferentes abordagens podem fornecer *insights* complementares sobre a distribuição de riqueza e as disparidades socioeconômicas em diferentes contextos e países. A riqueza de métodos e técnicas empregadas pelos pesquisadores destaca a complexidade do tema e a necessidade de análises multifacetadas para uma compreensão mais abrangente das causas e consequências da pobreza e da desigualdade de renda ao redor do mundo.

3.2. Tipo de Pesquisa

Este estudo adoptou uma abordagem metodológica mista, combinando técnicas quantitativas e qualitativas para explorar de forma abrangente o fenómeno da pobreza e da desigualdade em Moçambique. A escolha dessa metodologia permitiu não apenas quantificar as privações que afectam a população, mas também compreender as dinâmicas sociais subjacentes que influenciam a distribuição de recursos e oportunidades. A metodologia foi inspirada nos trabalhos de Libânio e Castigo (2021), Haughton e Khandker (2009) e Machava (2007), que enfatizam a importância de uma análise multidimensional para captar as complexidades da pobreza. A combinação dessas metodologias quantitativas e qualitativas revelou-se essencial para enriquecer a interpretação dos dados e fornecer uma base sólida para a elaboração de políticas públicas eficazes.

O uso de dados quantitativos mostrou-se fundamental para mensurar de forma objectiva as condições socioeconómicas, oferecendo uma visão abrangente das desigualdades regionais e dos padrões de pobreza ao longo do tempo. Por outro lado, a abordagem qualitativa complementou essa análise, fornecendo um entendimento mais profundo das dificuldades enfrentadas pelos indivíduos. A integração dessas duas abordagens foi especialmente relevante para compreender tanto a dimensão material da pobreza quanto as questões estruturais e culturais que perpetuam as desigualdades. Assim, a abordagem metodológica mista revelou nuances que uma análise exclusivamente quantitativa não teria captado, permitindo uma compreensão mais holística e detalhada do fenómeno.

3.3. Fontes e Coleta de Dados

Os dados utilizados neste estudo foram recolhidos a partir de fontes secundárias reconhecidas e fiáveis. Entre as principais encontram-se o Instituto Nacional de Estatística (INE) e os Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI), que proporcionam um panorama abrangente das condições socioeconómicas do país e das desigualdades observadas em diferentes regiões. O estudo recorreu igualmente ao Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que mede o progresso em áreas essenciais como educação, saúde e padrão de vida, oferecendo uma visão mais ampla das condições de desenvolvimento humano em Moçambique.

Além dessas fontes, os dados dos Inquéritos sobre o Orçamento Familiar (IOF) foram fundamentais para avaliar a distribuição do rendimento e identificar a parcela da população que vive abaixo da linha da pobreza. Esses inquéritos forneceram informações detalhadas sobre o consumo e os rendimentos das famílias, permitindo uma análise aprofundada das desigualdades económicas e das privações enfrentadas pelos indivíduos. A combinação dessas fontes possibilitou uma compreensão abrangente das condições de vida da população e forneceu subsídios importantes para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direccionadas às necessidades específicas das diferentes regiões do país.

3.4 Descrição de Dados

A tabela abaixo mostra as estatísticas descritivas de algumas variáveis, como a taxa de analfabetismo, Incidência da pobreza, Intensidade, índice de pobreza multidimensional, e índice de Gini.

Tabela 3.1: Estatísticas Descritivas

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Taxa de Analfabetismo	2	39.10	1.13	38.30	39.90
Incidência da pobreza (H)	4	0.72	0.13	0.55	0.86
intensidade (A)	4	0.86	0.03	0.82	0.90
índice de pobreza multidimensional (M0)	4	0.62	0.13	0.45	0.77
Índice de Gini	4	0.43	0.03	0.40	0.47

Nota: Temos um número reduzido de observações (4) devido ao fato de que variáveis relacionadas à pobreza não sofrem grandes mudanças em períodos curtos, sendo, portanto, as avaliações realizadas em intervalos de tempo relativamente mais longos. Os dados sobre a taxa de analfabetismo provêm dos IOFs de 2019/20 e 2022. As demais variáveis utilizam dados dos IAFs de 1996 e 2022, bem como dos IOFs de 2008 e 2014.

A Tabela 3.1 apresenta as estatísticas descritivas de variáveis fundamentais para a análise da pobreza, desigualdade de rendimentos e disparidades regionais em Moçambique, incluindo a taxa de analfabetismo, a incidência e a intensidade da pobreza, o índice de pobreza multidimensional e o índice de Gini. A análise dessas estatísticas permite compreender a distribuição dessas condições socioeconómicas no período em análise.

Os dados indicam que a taxa média de analfabetismo no país é de 39,1%, com uma variação relativamente pequena entre as regiões analisadas, oscilando entre 38,3% e 39,9%. Isso sugere que, embora o analfabetismo continue elevado, as disparidades regionais são moderadas. No

entanto, a relação entre a alfabetização e a pobreza torna esse indicador particularmente relevante, pois a baixa escolaridade tende a dificultar a mobilidade social e o acesso a oportunidades económicas.

A incidência da pobreza, medida pela proporção da população que vive abaixo da linha da pobreza, apresenta uma média de 72%, demonstrando que a pobreza continua a afectar uma parcela significativa da população moçambicana. Esse indicador apresenta uma ampla variação entre as regiões, com um mínimo de 55% e um máximo de 86%, confirmando que a pobreza é mais severa em determinadas áreas. Além disso, a intensidade da pobreza, que mede o grau de privação entre os pobres, tem uma média elevada de 86%, com variação entre 82% e 90%. Esse resultado reforça que a população pobre enfrenta dificuldades severas e persistentes, sendo necessário um conjunto abrangente de políticas públicas para mitigar essas privações.

O índice de pobreza multidimensional (M0), que avalia privações simultâneas em educação, saúde e padrão de vida, apresenta uma média de 62%, com variações significativas entre as regiões analisadas. Os valores variam entre 45% e 77%, indicando que algumas regiões enfrentam privações em múltiplas dimensões da pobreza de forma muito mais acentuada do que outras. Esse resultado evidencia que a pobreza não pode ser reduzida apenas pelo aumento do rendimento, mas requer políticas integradas que melhorem o acesso a serviços básicos e promovam o desenvolvimento humano.

A desigualdade de rendimentos, representada pelo índice de Gini, tem uma média de 0,43, o que indica um nível relativamente alto de concentração de riqueza. As variações regionais desse indicador oscilam entre 0,40 e 0,47, sugerindo que, embora algumas áreas apresentem menor desigualdade, o problema persiste em todo o país. Esse nível de desigualdade reflecte falhas na distribuição de riqueza e no acesso a oportunidades económicas, reforçando a necessidade de políticas redistributivas mais eficazes.

De forma geral, a análise estatística demonstra que Moçambique ainda enfrenta desafios estruturais profundos relacionados à pobreza e desigualdade. A elevada incidência da pobreza e sua intensidade indicam que grande parte da população vive em condições de privação severa, e a persistente desigualdade de rendimentos sugere que o crescimento económico não tem sido suficientemente inclusivo. Os dados reforçam a necessidade de políticas públicas direccionadas para reduzir as disparidades regionais e promover um desenvolvimento económico e social mais equitativo.

3.5. Abordagem Quantitativa e Qualitativa

A componente quantitativa do estudo concentrou-se na análise de indicadores económicos e sociais ao longo do tempo. Para tal, foram recolhidos e analisados dados referentes a diferentes períodos, com o objectivo de identificar padrões e tendências de mudança. Essa abordagem temporal mostrou-se essencial para avaliar o impacto das políticas públicas e dos programas sociais implementados ao longo dos anos, permitindo a identificação de áreas de sucesso e de desafios persistentes.

Os indicadores utilizados na análise englobaram não apenas medidas de rendimento e consumo, mas também índices de saúde e educação, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Essa perspectiva multidimensional foi fundamental para captar a complexidade da pobreza e das desigualdades, considerando que esses fenómenos não se restringem apenas à falta de recursos financeiros, mas envolvem múltiplas privações em áreas essenciais para o desenvolvimento humano. A análise quantitativa, portanto, ofereceu uma base sólida para compreender a amplitude das desigualdades e avaliar de forma rigorosa a eficácia das intervenções governamentais.

A componente qualitativa foi desenvolvida através de uma revisão bibliográfica abrangente sobre temas relacionados à pobreza, desigualdade de rendimento e disparidades regionais. Foram analisadas fontes diversificadas, incluindo livros, artigos académicos, relatórios de organizações internacionais e estudos empíricos relevantes. Essa análise qualitativa permitiu explorar conceitos teóricos e metodológicos que aprofundaram a compreensão das causas estruturais da pobreza e da desigualdade. Adicionalmente, foi possível identificar os factores sociais, políticos e institucionais que moldam essas dinâmicas, contribuindo para um entendimento mais abrangente dos fenómenos analisados.

3.6. Análise Temporal e Avaliação de Políticas

A análise temporal desempenhou um papel crucial na avaliação da eficácia das políticas e programas orientados para a redução da pobreza e da desigualdade em Moçambique. A comparação de dados de diferentes períodos permitiu identificar tendências e padrões de mudança, oferecendo insights valiosos sobre o impacto das intervenções governamentais. Essa abordagem possibilitou não apenas medir o sucesso das políticas implementadas, mas também identificar áreas onde os desafios persistiram, fornecendo subsídios importantes para a formulação de políticas futuras mais eficazes.

A análise de longo prazo mostrou-se essencial para compreender como as condições socioeconómicas evoluíram ao longo do tempo e quais factores contribuíram para essa evolução. Essa perspectiva permitiu ao estudo fornecer uma avaliação mais precisa das políticas públicas, destacando quais estratégias se revelaram mais eficazes na redução das desigualdades e da pobreza. A compreensão da dinâmica temporal também possibilitou uma análise crítica das lacunas ainda existentes, orientando para a necessidade de ajustes estratégicos nas intervenções governamentais.

Além de descrever a situação actual, o estudo apresentou recomendações para orientar políticas e intervenções futuras. As propostas incluíram medidas de desenvolvimento económico, investimentos em infraestrutura e programas sociais voltados para a redistribuição de rendimento. Essas recomendações foram elaboradas com o propósito de promover um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo, abordando as necessidades específicas de diferentes regiões e contribuindo para a redução das desigualdades socioeconómicas. A implementação dessas propostas visa garantir que o crescimento económico seja partilhado de forma justa e que as oportunidades de melhoria das condições de vida alcancem todas as camadas da sociedade, independentemente de sua localização ou condição inicial.

CAPÍTULO IV: ANÁLISE DE RESULTADOS

Nas secções que se seguem, apresenta-se os desafios e oportunidades em relação a pobreza e desigualdade em Moçambique, e avalia-se alguns indicadores da pobreza e desigualdade, trazendo alguns aspectos sobre disparidades regionais.

4.1 Desafios Pobreza e Desigualdade

Durante as últimas duas décadas, Moçambique experimentou um crescimento económico notável, com taxas de crescimento anuais que frequentemente superaram a média da África Subsaariana. Esse período de expansão económica, impulsionado por investimentos em recursos naturais, como gás natural e carvão, criou uma expectativa de que a pobreza seria substancialmente reduzida e que o bem-estar da população melhoraria de maneira abrangente. No entanto, a realidade no terreno tem sido mais complexa e, em muitos aspectos, decepcionante. Embora a pobreza tenha mostrado uma tendência de redução, os níveis de desigualdade económica têm aumentado, refletindo um crescimento cada vez menos inclusivo (Actualidade Económica de Moçambique, 2018). Isso significa que, apesar do crescimento económico, os benefícios não foram distribuídos de maneira equitativa, e a pobreza continua a ser um problema persistente e generalizado, especialmente nas zonas rurais e entre os grupos mais vulneráveis (Banco Mundial, 2016).

O Banco Mundial (2016) destaca que, embora o crescimento económico tenha ocorrido, a redução da pobreza tem sido mais lenta do que o esperado. Isso ocorre porque os ganhos de rendimento e o crescimento do consumo não foram distribuídos de forma equitativa. Moçambique apresenta uma das maiores desigualdades de rendimento na região, com uma concentração significativa de riqueza em áreas urbanas, como a capital Maputo, enquanto as áreas rurais, onde vive a maioria da população, permanecem empobrecidas. Essa desigualdade na distribuição dos frutos do crescimento económico tem raízes profundas e é influenciada por diversos fatores estruturais que dificultam a melhoria das condições de vida da maioria dos moçambicanos.

Um dos fatores críticos que contribuem para essa desigualdade é o acesso desigual às oportunidades económicas (Banco Mundial, 2016). Moçambique é um país vasto, com grandes diferenças regionais em termos de desenvolvimento económico. As regiões centro e norte, que são predominantemente rurais, estão em clara desvantagem em comparação com o sul, onde a capital Maputo está localizada. Essa disparidade regional resulta em uma concentração das oportunidades económicas nas áreas urbanas, onde as infraestruturas, serviços e empregos são mais acessíveis. Em contrapartida, as regiões rurais enfrentam dificuldades significativas,

incluindo falta de acesso a mercados, serviços financeiros, e educação de qualidade, o que limita as oportunidades de mobilidade económica e perpetua o ciclo de pobreza (Banco Mundial, 2016).

Ademais, a economia informal, tal como o comércio informal, surge como uma estratégia de sobrevivência dos pobres, especialmente em regiões onde o acesso a empregos formais é limitado. Mosca (2010) argumenta que a incapacidade da economia formal em absorver o fator trabalho e gerar rendimentos leva os mais pobres a recorrerem ao sector informal. Este sector, embora não regulamentado, é tolerado pelos poderes públicos, pois ajuda a mitigar os efeitos mais graves da pobreza, gerando auto-emprego e rendimentos que, em certa medida, camuflam a verdadeira extensão da pobreza. No entanto, essa dependência da economia informal também reflete as limitações do crescimento económico em proporcionar inclusão real e sustentável para todos os segmentos da sociedade.

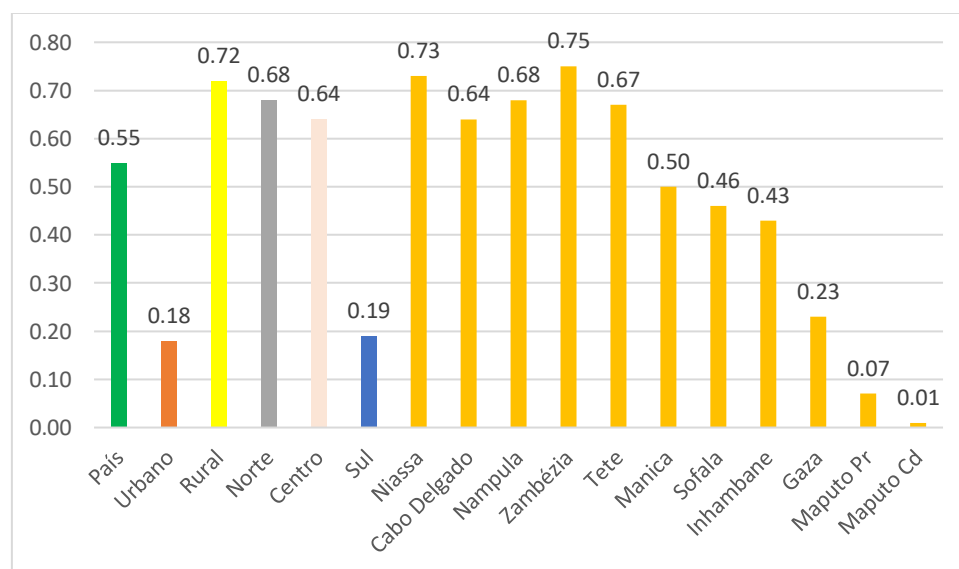
Além disso, a baixa produtividade agrícola é um desafio central. A agricultura é a principal fonte de subsistência para a maioria da população moçambicana, especialmente nas áreas rurais (Banco Mundial, 2016). No entanto, a agricultura em Moçambique é caracterizada por métodos de cultivo tradicionais e de subsistência, que resultam em baixos níveis de produtividade. As práticas agrícolas são, em grande parte, dependentes das condições climáticas, o que torna os agricultores vulneráveis a choques climáticos, como secas e inundações. Esses choques não só afectam a produção agrícola, mas também agravam a insegurança alimentar, que é uma preocupação crescente em várias regiões do país. O Banco Mundial (2016) argumenta que a baixa produtividade agrícola e a vulnerabilidade a choques climáticos são barreiras significativas para a redução da pobreza, pois impedem que as famílias rurais melhorem suas condições de vida e alcancem uma maior segurança económica.

A vulnerabilidade a choques climáticos é outro fator que agrava a pobreza em Moçambique. O país está localizado em uma região propensa a desastres naturais, como ciclones, inundações e secas, que têm impactos devastadores na agricultura e na infraestrutura. Estes desastres frequentemente resultam em perdas de colheitas, destruição de habitações e infraestruturas, e deslocamento de populações. A falta de um sistema robusto de proteção social e a insuficiência de infraestruturas resilientes agravam os impactos desses desastres, deixando as comunidades rurais em situação ainda mais precária. A vulnerabilidade climática não só ameaça a segurança alimentar, mas também impede o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida das populações afetadas (Banco Mundial, 2016).

4.2 Comparação dos indicadores de Pobreza, Desigualdade e Disparidades Regionais

O Gráfico 4.1 apresenta a incidência da pobreza em Moçambique em 2014, destacando diferenças entre áreas urbanas e rurais e várias províncias. A média nacional é de 0,55, indicando um nível significativo de pobreza. As áreas urbanas têm uma incidência muito menor, de 0,18, sugerindo melhores condições econômicas e acesso a recursos, enquanto as áreas rurais enfrentam uma alta incidência de 0,72, refletindo desafios como acesso limitado a serviços básicos e oportunidades de emprego. Regionalmente, o Norte tem uma incidência de 0,68, o Centro 0,64, e o Sul apenas 0,19, destacando disparidades significativas, com o Sul apresentando melhores condições. Por província, Niassa tem uma alta incidência de 0,73, Cabo Delgado 0,64, Nampula 0,68, e Zambézia a mais alta com 0,75, indicando situações críticas. Tete tem 0,67, Manica 0,50, Sofala 0,46, e Inhambane 0,43, mostrando variações, mas ainda preocupantes. Gaza, com 0,23, Maputo Província com 0,07, e Maputo Cidade com apenas 0,01, apresentam as menores taxas, sugerindo melhores condições econômicas. Este gráfico destaca disparidades significativas na pobreza em Moçambique, com diferenças claras entre áreas urbanas e rurais e entre regiões, sendo crucial para orientar políticas públicas e direcionar recursos para áreas mais necessitadas.

Gráfico 4.1: Incidência da Pobreza em Moçambique 2014



Fonte: MEF (2014)

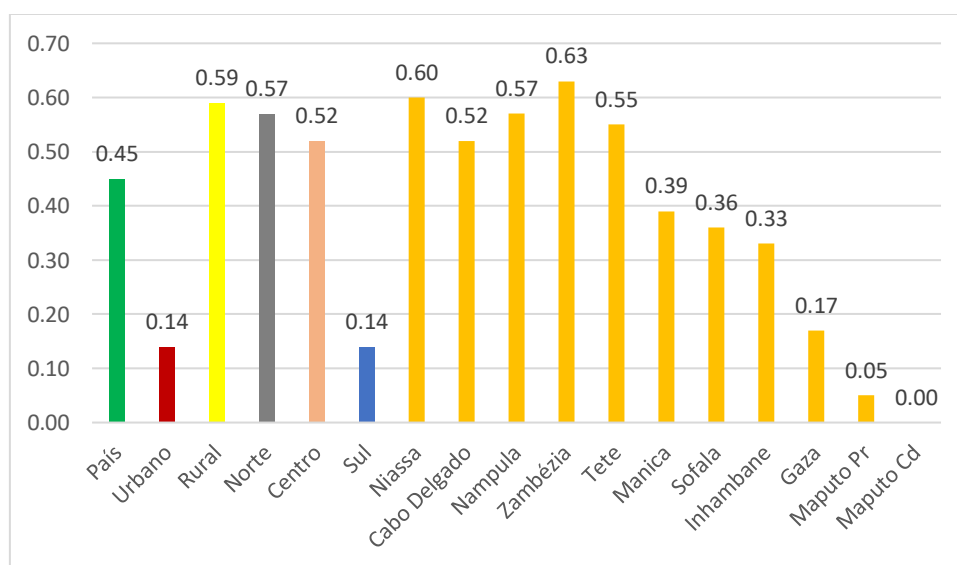
O gráfico (4.2) apresentado retrata o índice de pobreza multidimensional em Moçambique, destacando variações significativas entre diferentes áreas e províncias. A média nacional está em 0,45, indicando um nível substancial de pobreza no país. As áreas urbanas apresentam um índice de 0,14, sugerindo condições econômicas mais favoráveis, enquanto as

áreas rurais enfrentam um índice de 0,59, refletindo desafios como acesso limitado a serviços básicos e oportunidades de emprego.

Regionalmente, o Norte do país tem um índice de 0,57, o Centro 0,52, e o Sul apenas 0,14, destacando disparidades significativas, com o Sul mostrando condições mais favoráveis. Quando analisamos por província, Niassa apresenta um índice de 0,60, Cabo Delgado 0,52, Nampula 0,57, e Zambézia a mais alta com 0,63, indicando situações críticas nessas regiões. Tete tem um índice de 0,55, Manica 0,39, Sofala 0,36, e Inhambane 0,33, mostrando variações, mas ainda preocupantes, conforme ilustra o Gráfico 2.

Por outro lado, Gaza, com um índice de 0,17, Maputo Província com 0,05, e Maputo Cidade com 0,00, apresentam as menores taxas, sugerindo melhores condições econômicas e sociais. Este gráfico evidencia disparidades significativas na pobreza em Moçambique, com diferenças claras entre áreas urbanas e rurais e entre regiões, sendo crucial para orientar políticas públicas e direcionar recursos para áreas mais necessitadas.

Gráfico 4.2: Índice de Pobreza Multidimensional em Moçambique 2014



Fonte: MEF (2014)

O Gráfico 4.3 ilustra a taxa de analfabetismo em diferentes regiões de Moçambique, comparando os dados de 2019/20 com os de 2022. A análise revela variações significativas entre as regiões e ao longo do tempo. Na Cidade de Maputo, as taxas são de 6,4 em 2022 e 6,7 em 2019/20, indicando uma leve redução. Em Maputo, os números aumentam para 8,6 em 2022 e 13,3 em 2019/20, mostrando uma melhoria significativa na taxa de alfabetização. Em Gaza, as taxas são de 26,1 em 2022 e 27,6 em 2019/20, enquanto Inhambane registra 28,0 e 29,2, respectivamente. Essas regiões demonstram uma leve redução no analfabetismo. Sofala

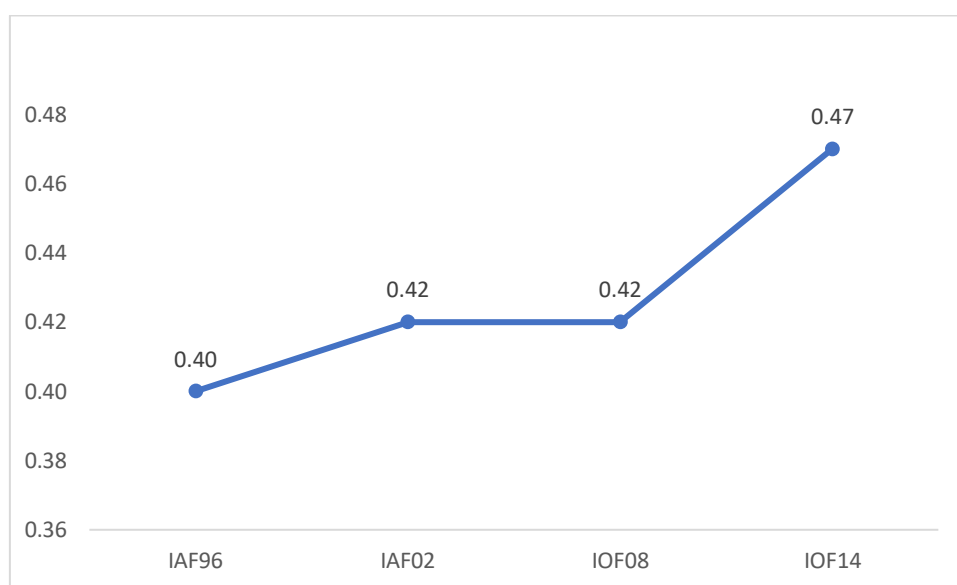
apresenta 34,9 em 2022 e 36,8 em 2019/20, enquanto Manica tem 21,9 e 28,9, respectivamente, mostrando uma redução mais notável em Manica. Tete tem 39,9 em 2022 e 42,1 em 2019/20, indicando uma melhoria. Zambézia e Nampula apresentam 46,2 e 50,1 em 2022 e 51,8 e 52,4 em 2019/20, respectivamente, evidenciando uma redução nas taxas. Cabo Delgado destaca-se com 52,4 em 2022 e 61,1 em 2019/20, representando uma das maiores reduções no analfabetismo. Niassa apresenta 50,7 em 2022 e 53,5 em 2019/20, enquanto as áreas rurais têm 50,5 e 52,3, respectivamente. As áreas urbanas mostram 18,2 em 2022 e 19,7 em 2019/20, enquanto o país como um todo tem 38,3 e 39,9, respectivamente, indicando uma ligeira melhoria geral. Esses dados sublinham a importância de esforços contínuos para reduzir o analfabetismo, com variações regionais que podem guiar políticas educacionais específicas.

Gráfico 4.3: Taxa de analfabetismo em Moçambique, 2019/20 e 2022

Fonte: IOF (2019/20 e 2022)

O Gráfico 4.4 mostra a evolução do Índice de Gini ao longo dos anos, refletindo um aumento na desigualdade de renda. Em 1996 (IAF96), o índice era de 0,40, indicando uma desigualdade moderada. Em 2002 (IAF02), o índice subiu para 0,42, sugerindo um leve aumento na desigualdade. Este valor se manteve estável em 2008 (IOF08), mostrando que a desigualdade não sofreu grandes alterações durante esse período. No entanto, em 2014 (IOF14), o índice aumentou significativamente para 0,47, destacando um crescimento mais acentuado na desigualdade de renda. Esses dados refletem uma tendência preocupante, apontando para a necessidade de intervenções eficazes para abordar a distribuição desigual de renda ao longo dos anos analisados.

Gráfico 4.4: Índice de Gini, 1996-2014



Fonte: IOF e IAF (vários anos)

4.3 Factores que cooperam para fracasso ou sucesso das medidas do Governo

Diante desses desafios mencionados anteriormente, é evidente que Moçambique precisa de uma abordagem multifacetada para reduzir a pobreza e a desigualdade. A "Actualidade Económica" (2018) sugere que uma mudança na tendência de fecundidade pode ser uma medida crucial. Moçambique tem uma das mais altas taxas de fecundidade da região, o que contribui para um rápido crescimento populacional. Este crescimento exerce pressão sobre os recursos disponíveis, incluindo educação, saúde e emprego, dificultando a capacidade do país de melhorar as condições de vida de sua população. A redução da taxa de fecundidade pode aliviar essa pressão, permitindo uma melhor distribuição dos recursos e aumentando as oportunidades de emprego e renda.

A promoção do emprego produtivo também é fundamental. Moçambique tem uma população jovem e em crescimento, que precisa de oportunidades de emprego para garantir um futuro próspero. No entanto, o mercado de trabalho moçambicano é caracterizado por altas taxas de desemprego e subemprego, especialmente entre os jovens (Actualidade Económica, 2018). O sector informal domina a economia, oferecendo empregos de baixa qualidade e baixa remuneração, o que perpetua a pobreza e a desigualdade. Investir em sectores que têm potencial para criar empregos de qualidade, como a indústria manufatureira, a agricultura orientada para o mercado e os serviços, pode ajudar a criar oportunidades económicas para a população jovem e reduzir a pobreza (Actualidade Económica, 2023).

A "Actualidade Económica" (2023) destaca que o sector de serviços tem um grande potencial para impulsionar o desenvolvimento económico de Moçambique. O sector de serviços, que inclui turismo, comércio, finanças e tecnologia da informação, pode desempenhar um papel crucial na diversificação da economia moçambicana. O turismo, em particular, tem o potencial de gerar empregos e atrair investimentos estrangeiros, especialmente em regiões como o norte do país, que são menos desenvolvidas. Ao promover o desenvolvimento do sector de serviços, Moçambique pode criar novas oportunidades de emprego e renda, reduzindo a dependência da agricultura e dos recursos naturais, e contribuindo para uma distribuição mais equitativa dos benefícios económicos (Actualidade Económica, 2023).

O Governo de Moçambique reconhece a necessidade de enfrentar esses desafios e tem adotado medidas para combater a pobreza e a desigualdade. O Plano Quinquenal do Governo 2015-2019 enfatizou a importância de aumentar o emprego e a produção, com foco na agricultura orientada para o mercado. Este plano visava não apenas a criação de empregos e aumento de renda, mas também a garantia da segurança alimentar e nutricional, o fornecimento de matéria-prima para a indústria nacional, e a geração de excedentes para exportação (Plano Quinquenal do Governo, 2015-2019). Ao envolver tanto o sector familiar quanto o privado, o governo procurou criar um ambiente propício ao crescimento inclusivo e à redução da pobreza.

O Plano Quinquenal do Governo 2020-2024 reforça essas prioridades, com uma ênfase adicional na competitividade do país. Este plano sublinha a necessidade de adotar medidas que tornem Moçambique mais competitivo no cenário internacional, aumentando a produção, melhorando a educação profissional, e promovendo a aprendizagem no trabalho. Essas ações são vistas como essenciais para a recuperação económica, o aumento da produtividade, e a atração de investimentos, que por sua vez, contribuirão para a geração de mais empregos e para

a redução da pobreza. Além disso, o plano reconhece a importância de reduzir as desigualdades sociais, promovendo a inclusão económica e garantindo que os benefícios do crescimento económico sejam compartilhados por todos os moçambicanos (Plano Quinquenal do Governo, 2020-2024).

CONCLUSÕES

A baixa produtividade agrícola em Moçambique continua a ser um dos principais obstáculos para a melhoria das condições de vida da população rural. A agricultura no país é predominantemente de subsistência, e a falta de acesso a tecnologias modernas, crédito e mercados impede que os pequenos agricultores aumentem sua produtividade e rendimento. Além disso, a vulnerabilidade a choques climáticos, como secas e ciclones, agrava a insegurança alimentar, ameaçando a subsistência de milhares de famílias. No entanto, o potencial para superar esses desafios é significativo, especialmente por meio da adoção de políticas integradas que promovam o emprego produtivo, a diversificação da economia e o fortalecimento da agricultura orientada para o mercado.

Os gráficos apresentados oferecem uma visão abrangente sobre os desafios socioeconômicos em Moçambique, evidenciando a incidência da pobreza, desigualdade e analfabetismo. A pobreza permanece mais acentuada nas áreas rurais e em províncias como Zambézia e Niassa, ressaltando a necessidade urgente de intervenções específicas para melhorar o acesso a serviços básicos e criar mais oportunidades de emprego nessas regiões. A pobreza multidimensional reforça esses desafios, com índices mais elevados nas zonas rurais, sugerindo a necessidade de uma abordagem integrada que busque melhorar as condições de vida dessas populações.

Embora haja avanços nas taxas de alfabetização entre 2019/20 e 2022, ainda persistem desafios significativos, especialmente em províncias como Zambézia e Nampula. A educação é um fator determinante para o desenvolvimento socioeconômico, e esforços contínuos são necessários para reduzir o analfabetismo e melhorar a qualidade do ensino. O aumento do índice de Gini ao longo dos anos reflete uma crescente desigualdade na distribuição de renda, o que reforça a necessidade de políticas mais eficazes que promovam uma distribuição equitativa da riqueza. A estabilidade temporária do índice sugere que algumas políticas conseguiram resultados positivos, mas a sua sustentabilidade a longo prazo ainda não foi garantida.

Em relação às hipóteses propostas, a análise dos dados permite afirmar que a pobreza em Moçambique aumentou entre 2000 e 2022, sugerindo que o crescimento económico não foi suficientemente inclusivo para reduzir a pobreza de maneira significativa. Esta hipótese foi confirmada, pois os dados indicam que a pobreza persiste, especialmente nas áreas rurais e em províncias como Zambézia e Niassa, demonstrando que, apesar do crescimento económico, ele

não beneficiou de forma igualitária as populações mais vulneráveis. A desigualdade de rendimentos em Moçambique, medida pelo coeficiente de Gini, aumentou ao longo do período de 2000 a 2022, com variações regionais acentuadas que sugerem falhas estruturais na distribuição de renda e na implementação de políticas redistributivas. A hipótese foi validada, uma vez que o aumento do índice de Gini ao longo do tempo reflete uma maior desigualdade na distribuição de renda, particularmente entre áreas urbanas e rurais, e aponta para falhas nas políticas redistributivas que não conseguiram reverter essa tendência.

As disparidades regionais em Moçambique persistem ao longo de 2000 a 2022 e, em alguns casos, aumentaram devido à concentração de investimentos públicos e privados em regiões mais desenvolvidas, favorecendo áreas urbanas em detrimento das áreas rurais.

Esta hipótese também foi confirmada. As disparidades regionais não só persistiram, como em algumas regiões se ampliaram, devido à concentração de investimentos nas áreas mais desenvolvidas, enquanto as zonas rurais, especialmente em províncias como Zambézia e Niassa, continuam a ser negligenciadas.

Dessa forma, as três hipóteses propostas foram validadas. O crescimento económico de Moçambique, embora tenha ocorrido, não foi inclusivo o suficiente para reduzir a pobreza de maneira significativa. Além disso, a desigualdade de rendimentos aumentou, e as disparidades regionais persistiram, em alguns casos se acentuando.

Assim, os resultados obtidos confirmam o alinhamento das conclusões com os objectivos delineados neste estudo. O objectivo geral de analisar a situação da pobreza, desigualdade de rendimentos e disparidades regionais em Moçambique entre 2000 e 2022 foi plenamente atendido, evidenciado pelos elevados níveis de incidência e intensidade da pobreza, bem como pelas desigualdades persistentes entre as diferentes regiões do país. A comparação dos indicadores socioeconómicos ao longo do tempo permitiu identificar que, apesar das políticas e estratégias implementadas, a redução da pobreza tem sido limitada e a desigualdade de rendimentos continua elevada, sugerindo que o crescimento económico não tem sido suficientemente inclusivo. Além disso, a caracterização detalhada da pobreza e da desigualdade evidenciou a importância de factores estruturais que contribuem para a manutenção dessas condições, confirmando a necessidade de políticas públicas mais eficazes. A análise dos factores que determinam o sucesso ou fracasso das medidas governamentais demonstrou que a concentração de investimentos e oportunidades em determinadas regiões tem aprofundado as disparidades sociais e económicas. Assim, os achados deste estudo reforçam a urgência de

estratégias que promovam um crescimento mais equitativo e sustentável, garantindo que os benefícios do desenvolvimento alcancem de forma abrangente todas as camadas da população moçambicana.

Recomendações

1. Políticas de desenvolvimento rural: Promover a modernização da agricultura, com acesso facilitado a crédito, tecnologias e mercados, especialmente para pequenos agricultores nas regiões Norte e Centro. Paralelamente, implementar programas de mitigação de riscos climáticos, assegurando o fortalecimento da segurança alimentar.
2. Investimentos em infraestrutura: Priorizar investimentos em infraestruturas básicas (estradas, eletrificação e água potável) nas zonas rurais, facilitando o acesso aos mercados e serviços essenciais para promover a inclusão económica.
3. Educação e capacitação: Intensificar esforços para reduzir o analfabetismo, especialmente nas províncias mais afetadas, como Zambézia e Nampula, e melhorar a qualidade da educação. Expandir programas de formação profissional para preparar a população para o mercado de trabalho.
4. Redução das desigualdades: Implementar políticas fiscais e sociais que promovam uma redistribuição mais justa da renda, com enfoque na redução das disparidades regionais e na inclusão económica das populações mais vulneráveis.
5. Diversificação económica: Fomentar a diversificação da economia para além da agricultura e dos sectores extrativos, estimulando investimentos em pequenas e médias empresas e em sectores estratégicos para gerar empregos sustentáveis.
6. Políticas de desenvolvimento regional: Criar programas específicos para reduzir as disparidades entre o Norte, Centro e Sul do país, promovendo incentivos ao investimento e políticas de desenvolvimento territorial que considerem as realidades locais.
7. Monitoramento e avaliação: Fortalecer os mecanismos de monitoramento e avaliação das políticas públicas para garantir a eficácia das intervenções e promover ajustes contínuos. Utilizar dados desagregados por região e género para orientar decisões mais informadas.

BIBLIOGRAFIA

- Alkire, S., & Foster, J. (2011). Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, 95(7–8), 476–487. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2010.11.006>
- Banco Mundial. (2016). *Acelerando a Redução da Pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades*. Banco Mundial.
- Banco Mundial. (2018). *Actualidade Económica de Moçambique*. Banco Mundial.
- Banco Mundial. (2023). *Actualidade Económica de Moçambique*. Banco Mundial.
- Boutayeb, A., & Helmert, U. (2011). Social inequalities, regional disparities and health inequity in North African countries. *International Journal for Equity in Health*, 10(1), 23. <https://doi.org/10.1186/1475-9276-10-23>
- Carbonell, P. (2004). Income and well-being: An empirical analysis of the comparison income effect. *Journal of Public Economics*, 88(9–10), 1843–1873.
- Checchi, D., & Peragine, V. (2005). Regional disparities and inequality of opportunity: The case of Italy. *SSRN Electronic Journal*. <https://doi.org/10.2139/ssrn.869006>
- Doyle, M., & Stiglitz, J. (2014). *Eliminating Extreme Inequality: A Sustainable Development Goal, 2015-2030*.
- Governo da República de Moçambique. (2001). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001–2005 (PARPA I)*. Aprovado em Abril de 2001.
- Governo da República de Moçambique. (2006). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006–2009 (PARPA II)*. Aprovado em Maio de 2006.
- Governo da República de Moçambique. (2010). *Plano Quinquenal do Governo 2010–2014*. Governo da República de Moçambique.
- Governo da República de Moçambique. (2011). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP), 2011–2014*. Aprovado em Maio de 2011.
- Governo da República de Moçambique. (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2015–2035*. Aprovado em Julho de 2014.
- Haughton, J., & Khandker, S. (2009). *Poverty and Inequality*. The World Bank.
- Hoffmann, R. (2001). Distribuição de renda e crescimento econômico. *Estudos Avançados*, 15(41), 67–76. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000100007>
- Holmes, A. T. (2001). *Understanding consumer behavior: A psychological approach*. Routledge.
- INE. (1996). *Inquérito aos Agregados Familiares: 1996–97*. Resultados do IAF em versão electrónica, Maputo.
- INE. (2021). *Inquérito sobre o Orçamento Familiar: 2019–20*. Resultados do IOF em versão electrónica, Maputo.
- INE. (2023). *Inquérito sobre o Orçamento Familiar: 2022*. Resultados do IOF em versão electrónica, Maputo.
- Keidel, A. (2007). *The Causes and Impact of Chinese Regional Inequalities in Income and Well-Being*. Carnegie Endowment for International Peace.

- Langa, E. S. (2019). *Medindo desigualdades para superar de forma sustentável as armadilhas da pobreza das nações: O caso de Moçambique*. São Paulo.
- Libânio, G., & Castigo, C. J. (2021). A desigualdade regional e a persistência da pobreza em Moçambique, explicadas na perspectiva do círculo vicioso da pobreza. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, 6(11). <https://doi.org/10.22456/2448-3923.105168>
- Machava, J. R. (2007). *A situação da pobreza em Moçambique: Diferenciações regionais e principais desafios*.
- Martin, P. (1999). Public policies, regional inequalities and growth. *Journal of Public Economics*.
- Mosca, J. (2010). *Pobreza, economia informal, informalidades e desenvolvimento*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (1990). *Human Development Report 1990: Concept and Measurement of Human Development*. Oxford University Press.
- Opschoor, J. (2007). *Environment and Poverty: Perspectives, Propositions, Policies*. Institute of Social Studies.
- Reed, D. (2002). Poverty and the environment: Can sustainable development survive globalization?. *Research Gate*, 26(3), 176–184.
- Rodríguez-Pose, A., & Gill, N. (2006). How does trade affect regional disparities? *World Development*, 34(7), 1201–1222. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2005.12.003>
- Sacchi, A., & Salotti, S. (2014). The effects of fiscal decentralization on household income inequality: Some empirical evidence.
- Shankar, R., & Shah, A. (2003). Bridging the economic divide within countries: A scorecard on the performance of regional policies in reducing regional income disparities. *World Development*, 31(8), 1421–1441. [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(03\)00098-6](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(03)00098-6)
- Solomon, M. R. (2002). *Consumer behavior: Buying, having, and being*. Pearson Education.
- Subramanian, S. V., & Kawachi, I. (2006). Income inequality and health: What have we learned so far?. *Epidemiologic Reviews*, 26(1), 78–91.
- Todaro, M. P., & Smith, S. C. (2015). *Economic Development* (12th ed.). Pearson.

ANEXOS

Anexo 1: Número de refeições diárias por província

Número de Refeições diárias	Nenhuma	Uma	Duas	Três	Total
Cidade de Maputo	1.6	9.9	42.1	46.4	100
Província de Maputo	0.6	7.0	45.9	46.5	100
Gaza	0.4	7.6	64.2	27.9	100
Inhambane	0.2	5.8	62.6	31.4	100
Sofala	0.4	8.0	57.1	34.5	100
Manica	0.7	10.0	57.3	32.0	100
Tete	0.8	9.2	58.0	32.1	100
Zambézia	0.3	7.8	59.8	32.0	100
Nampula	1.2	15.9	61.4	21.5	100
Cabo Delgado	1.2	31.0	56.6	11.2	100
Niassa	0.4	8.5	54.7	36.4	100

Fonte: IOF (2022).

Anexo 2: Taxa de analfabetismo, por sexo, segundo características seleccionadas. Moçambique, 2019/20 e 2022

	IOF 2019/20	IOF 2022
País	39.90	38.3
Área de residência		
Urbana	19.70	18.2
Rural	52.30	50.5
Províncias		
Niassa	53.50	50.7
Cabo Delgado	52.40	61.1
Nampula	52.40	51.8
Zambézia	50.10	46.2
Tete	42.10	39.9
Manica	28.90	21.9
Sofala	36.80	34.9
Inhambane	29.20	28.0
Gaza	26.10	27.6
Maputo	13.30	8.6
Cidade de Maputo	6.70	6.4

Fonte: IOF 2019/20 e 2022

Anexo 3: Incidência da pobreza (H), intensidade (A), e índice de pobreza multidimensional (M0). 1996/97-2014/15

	H				A				M ⁰			
	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014	1997	2002	2008	2014
País	0.86	0.76	0.69	0.55	0.90	0.87	0.85	0.82	0.77	0.66	0.59	0.45
Urbano	0.50	0.41	0.31	0.18	0.79	0.78	0.80	0.78	0.40	0.32	0.25	0.14
Rural	0.95	0.92	0.86	0.72	0.92	0.89	0.85	0.82	0.87	0.82	0.73	0.59
Norte	0.95	0.87	0.81	0.68	0.91	0.89	0.85	0.83	0.87	0.77	0.69	0.57
Centro	0.93	0.84	0.80	0.64	0.92	0.89	0.85	0.82	0.85	0.75	0.68	0.52
Sul	0.64	0.48	0.33	0.19	0.83	0.79	0.79	0.75	0.53	0.38	0.26	0.14
Niassa	0.95	0.89	0.77	0.73	0.92	0.87	0.82	0.82	0.87	0.77	0.63	0.60
Cabo Delgado	0.97	0.90	0.83	0.64	0.90	0.89	0.84	0.82	0.87	0.80	0.70	0.52
Nampula	0.95	0.85	0.82	0.68	0.92	0.89	0.87	0.84	0.87	0.76	0.71	0.57
Zambézia	0.96	0.92	0.88	0.75	0.94	0.91	0.87	0.84	0.91	0.84	0.76	0.63
Tete	0.95	0.89	0.85	0.67	0.92	0.89	0.83	0.82	0.87	0.79	0.71	0.55
Manica	0.89	0.70	0.76	0.50	0.89	0.85	0.83	0.78	0.79	0.59	0.62	0.39
Sofala	0.86	0.71	0.62	0.46	0.89	0.86	0.85	0.78	0.76	0.61	0.52	0.36
Inhambane	0.83	0.81	0.60	0.43	0.87	0.83	0.82	0.76	0.72	0.67	0.49	0.33
Gaza	0.79	0.52	0.47	0.23	0.83	0.78	0.78	0.74	0.66	0.41	0.37	0.17
Maputo Pr	0.73	0.38	0.18	0.07	0.81	0.72	0.74	0.74	0.59	0.27	0.13	0.05
Maputo Cd	0.18	0.13	0.03	0.01	0.69	0.69	0.69	0.67	0.13	0.09	0.02	0.00

Fonte: MEF e INE.